



Carta de Compromissos para as Eleições no município de São Paulo em 2020 – Pela Comida de Verdade, livre de agrotóxicos, geradora de justiça social e em harmonia com a natureza

O ano de 2020 está sendo marcado pelo aprofundamento da crise econômica, social, política e ambiental que já vinha ameaçando a soberania e a segurança alimentar e nutricional no país, nos últimos anos. O atual modelo agroalimentar, baseado em monoculturas, uso de agrotóxicos, mecanização das lavouras e concentração de terra e renda, vem gerando graves danos à saúde da população e à preservação da natureza, além de aprofundar as desigualdades socioeconômicas em nosso território.

O desmonte de instituições públicas, conselhos participativos e programas de garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, da Segurança Alimentar e Nutricional e da agricultura familiar, promovido por grande parte dos governos municipais e estaduais e pelo governo federal, acentua, ainda mais, a perda de conquistas históricas da sociedade e o aumento da fome e da miséria. A autorização recorde de novos agrotóxicos, em 2019, agravou o cenário de contaminação da terra, da água, do ar, dos alimentos e dos seres vivos.

É esse modelo de desenvolvimento que favorece o surgimento de pandemias e dificulta o combate aos imensos efeitos negativos que elas trazem, sobretudo para os setores mais vulneráveis da população.

Agora, com as eleições para as Prefeituras e para as Câmaras Municipais do país, temos uma oportunidade de recuperar a participação democrática da sociedade e eleger representantes comprometidos com a retomada e ampliação de políticas públicas que contribuam para sistemas alimentares sustentáveis, com acesso a alimentos saudáveis e adequados para toda a população. Precisamos escolher candidatas às prefeituras e câmaras de vereadores que assumam compromissos para superar a crise atual e, assim, termos municípios livres da fome, das contaminações por substâncias tóxicas, das injustiças sociais e da destruição ambiental.

Assim, os signatários deste documento vêm solicitar que o senhor/ a senhora manifeste sua adesão aos compromissos elaborados pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Atenciosamente, Comitê Paulista da Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SINDINUTRI) e Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA-SP).

ATENÇÃO – Informações e envio da carta assinada para contraosagrotoxicosp@uol.com.br

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

Eu, _____ candidato(a) a prefeito (a) ou vereador(a) do município de São Paulo pelo Partido _____, assumo a responsabilidade, caso eleito/a, de atender os compromissos listados a seguir e a considerar as recomendações propostas pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, durante a minha gestão.

Assinatura e data:

Os compromissos a serem assumidos, através da assinatura desta carta, são os seguintes:

- Construção de uma política metropolitana de abastecimento, baseada em alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, que valorize a agricultura familiar, urbana e periurbana, do município.
- Proibição da pulverização aérea de venenos para combate da dengue no âmbito do município.
- Criação e implantação de uma Política Municipal de Redução de Agrotóxicos, a partir de uma ampla participação da sociedade e tendo a PNaRa - Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – como referência.

- Estabelecer uma meta temporal para tornar o município um Território Livre de Venenos, começando pelo banimento dos agrotóxicos já proibidos nos países das empresas produtoras.
- Promover campanhas educativas nas escolas municipais, rádios locais, comunidades e rede de atenção à saúde, informando as pessoas sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Há muitos materiais disponíveis em www.contraosagrototoxicos.org.
- Promover articulação política entre prefeitos da região, atuando, junto aos governos estaduais, para que ocorra o fim das isenções fiscais relativas ao ICMS cobrado na venda de agrotóxicos.
- Manter processo de educação permanente para a rede de atenção à saúde quanto à notificação de intoxicação ou agravos resultantes do uso de agrotóxicos, com dados atualizados de pesquisas nacionais e internacionais, de forma a melhorar a qualidade da informação e o atendimento às pessoas afetadas.
- Reforçar a fiscalização na fabricação, circulação, venda e uso de agrotóxicos no município, sobretudo os inseticidas usados para desinsetização urbana, garantindo corpo técnico adequado para essas atividades, tanto em número como em qualificação.
- Fortalecer os laboratórios existentes no município com insumos, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para análise de presença de agrotóxicos na água, solo e alimentos e articular junto a ALESP uma legislação que estabeleça e fortaleça os laboratórios regionais.
- Instituir, aderir ou fortalecer Programa de análises periódicas para detectar possível contaminação em alimentos produzidos, comercializados e consumidos na cidade, a exemplo do PARA – Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos
- Cumprir as metas da Lei da Alimentação Escolar Orgânica (16140/2015), de modo a garantir 100 % em 2026; implantar programas municipais de compras de alimentos orgânicos da agricultura familiar para as demais instituições públicas do município e criar equipamentos de venda direta desses produtos, a preços populares, em espaços no centro e nas comunidades nos territórios da cidade, fortalecendo os circuitos curtos e a economia circular.
- Estabelecer um programa para apoiar projetos de transição agroecológica para a agricultura familiar, incluindo a criação de uma linha de fomento a projetos agroecológicos e de agricultura urbana, estimulando a produção de alimentos saudáveis e a geração de emprego e renda.
- Ampliação dos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, como Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRESANS), Bancos de Alimentos, mercados públicos populares, sacolões populares, feiras, cozinhas e hortas Comunitárias.
- Implantação e apoio à manutenção de hortas nas escolas municipais, contribuindo para o fornecimento de alimentos orgânicos na alimentação escolar, estimulando o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional em diálogo com o planejamento e projeto político pedagógico.
- Criação de programas de formação continuada em agroecologia e permacultura no município, formando técnicos para atuarem em Assistência Técnica em Agroecologia e Agricultura Urbana.
- Incentivo à criação e manutenção das hortas comunitárias em espaços públicos (praças, parques e instituições) para fins não comerciais, voltadas ao estreitamento das relações sociais e à educação socioambiental;
- Promover programas, no âmbito da Secretaria de Saúde, que promovam a produção e uso de medicamentos fitoterápicos produzidos localmente, inclusive com a implantação de hortas medicinais em unidades de saúde.
- Implantar a compostagem dos resíduos orgânicos em todos os equipamentos públicos, como escolas, hospitais, parques, conjuntos esportivos, prédios administrativos, mercados, sacolões, feiras livres, e instituir programas de incentivo, com redução de IPTU, para equipamentos particulares de comercialização de alimentos, condomínios e outros, reduzindo o volume enviado aos aterros e gerando adubo para a produção de alimentos.